

A invisibilidade social e a prática do ato infracional na adolescência: possíveis correlações

The social invisibility and the juvenile law infractions practice: possible correlations

La invisibilidad social y la práctica del acto infracional en adolescencia: posibles correlaciones

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
renatahdo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1107-3542>

Lucia Terezinha Zanato Tureck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
lutureck@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0684-8697>

RESUMO

O presente artigo apresenta estudo a respeito da busca de identidade por adolescentes e sua relação com o ato infracional. Considerando meta do desenvolvimento do indivíduo a aquisição de plena identidade, formada mediante identificações, as impressões individuais são complementadas por comportamentos coletivos. Decorrente do desenvolvimento de zonas de segregação e desigualdades, a aquisição dessa identidade passa a ser impedida, deixando o indivíduo em situação de invisibilidade. Para então ser reconhecido, busca sobrepor-se, transgredindo, por vezes, as regras socialmente impostas. A metodologia do estudo utilizou pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, fundamentadas na visão sócio histórica, com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. A análise dos resultados apontou correlações entre o sentimento de invisibilidade social vivenciado e a prática do ato infracional, fundamentando a necessidade de estudos com foco em maneiras saudáveis e lícitas para a busca do almejado reconhecimento.

Palavras-chave: Criminalidade juvenil. Fenômenos sociais. Visibilidade.

ABSTRACT

This article presents a study about the search for identity by adolescents and its relationship with the offense. Considering the goal of the individual's development the acquisition of full identity, formed through identifications, individual impressions are complemented by collective behaviors. Due to the development of zones of segregation and inequality, the acquisition of this identity is now impeded, leaving the individual in a situation of invisibility. In order to be recognized, it seeks to overlap, sometimes breaking the socially imposed rules. The methodology of the study used bibliographic research and semi-structured interviews, based on the socio-historical view, with adolescents who comply with socio-educational measure of deprivation of liberty. The analysis of the results pointed out correlations between the feeling of social invisibility experienced and the practice of the infraction act, substantiating the need for studies focusing on healthy and lawful ways to seek the desired recognition.

Keywords: *Juvenile crime. Social phenomena. Visibility.*

RESUMEN

Este artículo presenta un estudio sobre la búsqueda de identidad por parte de los adolescentes y su relación con el delito. Considerando el objetivo del desarrollo del individuo, la adquisición de una identidad completa, formada a través de identificaciones, las impresiones individuales se complementan con comportamientos colectivos. Debido al desarrollo de zonas de segregación y desigualdad, la adquisición de esta identidad ahora se ve obstaculizada, dejando al individuo en una situación de invisibilidad. Para ser reconocido, busca superponerse, a veces rompiendo las reglas impuestas socialmente. La metodología del estudio utilizó investigación bibliográfica y entrevistas semiestructuradas, basadas en la visión sociohistórica, con adolescentes que cumplen con la medida socioeducativa de privación de libertad. El análisis de los resultados señaló correlaciones entre el sentimiento de invisibilidad social experimentado y la práctica del acto de infracción, corroborando la necesidad de estudios centrados en formas saludables y legales para buscar el reconocimiento deseado.

Palabras clave: *Delincuencia juvenil. Fenómenos sociales. Visibilidad.*

Invisibilidade, adolescência e infração

As razões da emergência da criminalidade no Brasil estão intimamente vinculadas a tendências existentes na sociedade contemporânea, especialmente a partir das mudanças neoliberais e da era da globalização econômica (FEITOSA, 2011). O atual contexto social tem grande influência na formação dos jovens por vivenciarem um período de busca de identidade, estando vulneráveis às influências externas do meio e traduzindo para si o que vivenciam em grupo.

Partindo da ideia de que a adolescência e a juventude são vistas como potencial de transformação da sociedade, e que são cada vez mais frequentes práticas de delinquência juvenil, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar possíveis correlações existentes entre o sentimento de invisibilidade social e a prática do ato infracional na adolescência.

Para analisarmos a origem das populações marginais é necessário que compreendamos como se dão as relações interpessoais, permeadas pela produção e acumulação de capital. Assim, ao iniciarmos uma discussão acerca da visibilidade social do adolescente é necessário compreendermos os diversos aspectos que envolvem esse fenômeno, dentre eles a organização sócio-econômica-cultural vivida.

A organização econômica atual acaba por dividir a sociedade em duas classes antagônicas, sendo que estas mantêm-se devido aos princípios da propriedade privada, da competição livre e do lucro (SAVIANI, 2009). Na análise de Patto (2008, p. 29 – grifos no original),

É no interior dessa dinâmica, e não fora dela, que se pode entender o lugar das populações “marginais” [...] estes estão no interior do sistema econômico, [...] mas não necessária e definitivamente incorporados ao processo global de produção, dada a debilidade crônica da demanda de força de trabalho que tipifica o sistema econômico capitalista “periférico” em sua etapa contemporânea.

A adolescência, entendida por meio da perspectiva sócio histórica, não é vista como fase natural do desenvolvimento ou como etapa natural entre a vida adulta e a infância, mas sim, como uma “construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno” (BOCK, 2007, p. 68). É um momento significado, interpretado e construído pelos homens; sendo assim, apenas conseguimos compreendê-lo considerando-o e analisando-o a partir de sua inserção na totalidade.

O ser humano passa a maior parte do tempo interagindo e convivendo com distintos grupos (familiar, escolar, do trabalho, amigos, etc.). Independentemente de sua composição, a família aparece como referencial para o desenvolvimento infantil, visto que pode ser considerado como o grupo “primário e responsável por desempenhar funções formativas e determinantes no desenvolvimento global do indivíduo, no modo como se situa e interage na sociedade” (BRAGA; BATISTA, 2011, p. 175). Mesmo tendo a família grande importância na formação do indivíduo, nem sempre os ambientes familiares se constituem em espaços saudáveis, podendo a família constituir-se em ambiente de risco, caso apresente fatores que impeçam o desenvolvimento saudável de seus membros. Em

pesquisas realizadas anteriormente (FEIJÓ; ASSIS¹, citados por BRAGA; BATISTA, 2011), evidencia-se a relação entre o adolescente que comete ato infracional e a violação de direitos ocorridos na infância, quando o mesmo era considerado vítima da violência, muitas vezes sofrida em casa ou por algum membro da família.

Tanto no grupo familiar quando em outros espaços de convivência, o indivíduo pode identificar-se, parcial ou totalmente, com diversas figuras diferentes. Zimmerman (2000) ainda aponta que em termos de grupo, existem também tipos de formação de identidade, podendo estar ligada ao “falso *self*”, em que o indivíduo apresenta comportamentos buscando a aprovação e a admiração dos demais, ou o tipo de natureza narcisista, onde o indivíduo se comporta de maneira a manter garantida sua autoestima, forte unicamente na aparência e, portanto, frágil na essência.

Por ser, então, um período de busca de identidade, o adolescente está vulnerável às influências externas do meio em que está inserido e traduz para si o que vivencia em grupo. É na adolescência que o indivíduo inicia o “processo de desenvolvimento das suas habilidades sociais e cognitivas, seus modelos de relacionamento e adquirindo habilidade de demonstrar seus sentimentos” (ANDREATTA; OLIVEIRA, 2005, p. 129-130).

O contexto social também exerce grande influência na formação dos indivíduos nele inseridos que buscam a aquisição de uma plena identidade. Esse sentimento se processa em diversos planos e se forma mediante identificações, como expõe Franco (2004):

[...] há que se considerar que as representações sociais [...] sempre refletem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram, ou seja, suas condições socioeconômicas e culturais. Daí a importância de conhecer os emissores não somente em termos de suas condições de subsistência ou de sua situação educacional ou ocupacional. É preciso ampliar esse conhecimento pela compreensão de um ser histórico, inserido em uma determinada realidade familiar, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e diferentes níveis de apreensão crítica da realidade (FRANCO, 2004, p. 170-171).

O desenvolvimento urbano também é um dos fatores que influenciam e favorecem a rápida emergência e a disseminação da criminalidade, visto que pelo surgimento de grandes áreas urbanas criam-se também zonas de segregação social e espacial que, muitas

¹ FEIJÓ, M. C., ASSIS, S. G., O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e suas famílias. Estudos de Psicologia, v.9 n.1, p. 157-166, 2004.

vezes, tornam-se cenário do surgimento de pobreza e de desigualdades (ADORNO; SALLA, 2007).

Não apresentando possibilidades de interferência de maneira organizada e sadia na lógica vivenciada, o indivíduo se faz presente de maneira desorganizada, muitas vezes pautada em atos violentos, provocados por vários fatores que, dependendo do contexto, desempenham pesos diferentes.

Segundo Spitz (1997, p. 212), “no seio do grupo a violência torna-se contagiosa”. Ela se produz geralmente a partir de um chefe manipulador, acrescida de todos os excessos que pode representar o fato de se estar em grupo. O jovem sente-se extremamente forte e tem a impressão de que nada pode atingi-lo, sendo que transgredir a lei torna-se um ato de heroísmo do qual se orgulha. Agindo dessa forma, o adolescente sente-se incluso no grupo e, ao ser aceito, acaba por fazer-se respeitar, estando assim em posição de pertença e aprovação (SPITZ, 1997).

Considerando a prática de infrações por parte dos adolescentes, é importante destacarmos que toda conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por criança ou adolescente, é denominada “ato infracional”, de acordo com a legislação brasileira (BRASIL, 1990). Nesse sentido, o adolescente infrator passa a ser considerado como uma categoria jurídica.

Há diferentes medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente que cometeu ato infracional. Passam das mais leves a medidas mais gravosas, sendo que a aplicação destas deve levar em conta a capacidade do adolescente de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. As medidas socioeducativas são divididas em seis categorias, a saber: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade (PSC); liberdade assistida (LA); semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Essa última é considerada a medida mais gravosa que deve ser destinada aos adolescentes que cometeram atos infracionais de grave ameaça a pessoa ou reiterados atos infracionais com características mais leves. A internação guarda em si conotações coercitivas e educativas, visto que se refere a um programa que implica a contenção do adolescente em um sistema de segurança, porém com proposta pedagógica. Essa contenção deve ser considerada não como a medida em si, mas, sim, como condição para que a medida seja aplicada (BRASIL, 1990).

Assim sendo, instituições que atendem a essa população são criadas, devendo apresentar, além de aspectos de natureza coercitiva, tendo em vista que a medida socioeducativa tem caráter punitivo, aspectos educativos, considerando a proteção integral ao adolescente. Nessas instituições, o adolescente deverá ter garantido acesso “às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como acesso à formação de valores positivos de participação na vida social” (VOLPI, 2006, p. 21).

É importante aqui ressaltar a distinção enfatizada por Volpi (2006), que denomina o infrator como “aquele que infringiu as normas jurídicas estabelecidas”. Já o delinquente é tido como “a condição a que o sistema submete o indivíduo, estigmatizando-o e controlando-o formal ou informalmente, inclusive após ter cumprido sua pena” (VOLPI, 2006, p. 15).

Com o aumento da repressão social e da violência, observado a partir dos anos de 1990, foi intensificado o conceito da criança e do adolescente como objeto da repressão social. A violência passa a ser considerada uma “forma de sociabilidade dos excluídos, fazendo emergir, com força redobrada, o que fora sufocado num clima de reivindicação de direitos” (PINHEIRO, 2004, p. 352). Assim,

[...] as infrações podem surgir como estratégias de organizar a desordem interior, vivida com medo. Este perigo interno é projetado em objetos externos precisos: os pais, os professores, os policiais, ou outros vividos como representantes da autoridade. É na realidade um momento de metamorfose intra-psíquica em que se dá a negociação de novos laços com os objetos da infância e o estabelecimento de ligações a novos objetos, e que segundo Heinze, Toro e Urberg² (2004), pode terminar em “desvio” (LARANJEIRA, 2007, p. 223 – grifo no original).

Essas situações devem ser analisadas como a maneira com que essa população tem procurado fazer-se ouvir e ver. Como apresenta Costa (2001, p. 103), “o contingente marginalizado socioeconomicamente não deixou de se socializar, mas o fez de um modo que diverge profundamente daqueles padrões consagrados em nossa vivência”.

O olhar utilizado pelos indivíduos também direciona o que se tornará visível. Numa sociedade onde o ter é vislumbrado, para cada imagem que chama a atenção deixamos de ver as pessoas. O outro não interessa mais, mas sim sua representação,

² TORO, Paul A.; URBERG, Kathryn A.; HEINZE, Hillary J. Antisocial behavior and affiliation with deviant peers. *Journal of clinical child and adolescent psychology*, v. 33, n. 2, p. 336-346, 2004.

passando a ter importância apenas a partir do momento que interrompe a trajetória cotidiana (RIBEIRO, 2009).

Podemos então definir a invisibilidade social como uma crise nas relações entre os indivíduos. Nossa cultura se caracteriza por criar necessidades. Passamos a crer que apenas por meio da satisfação dessas necessidades os indivíduos serão reconhecidos ou identificados como integrantes do grupo (PORTO, 2012).

Vivenciando uma sociedade de espetáculo, onde a disciplina e o controle estão, a todo momento, influenciando nossas vidas, buscamos a fama, possibilitada pelo mesmo olhar que vigia e pune, o olhar do outro.

A partir dessas reflexões, somadas à prática vivenciada pela pesquisadora em Centro de Socioeducação de uma cidade do estado do Paraná, instituição que objetiva executar a medida socioeducativa de privação de liberdade, buscamos estabelecer possíveis correlações entre a prática do ato infracional e a busca de visibilidade pelo adolescente.

Construindo a pesquisa

Neste trabalho, utilizamos da pesquisa sócio histórica, que concebe o homem como um ser histórico, vinculado às relações sociais, sendo estas contextualizadas no tempo e no espaço em que ele vive (OZELLA, 2003).

A partir de tal visão, não podemos considerar o ser humano de maneira isolada dos demais, sendo que este influencia e é influenciado pelo meio social em que está inserido. Nesse contexto, a percepção do indivíduo sobre sua condição apresenta importante enfoque.

A abordagem escolhida para a realização deste trabalho é a qualitativa. Caracterizamos ainda como uma pesquisa descritiva, por buscar o estabelecimento de relações entre situações, como a prática do ato infracional e a busca por reconhecimento social, podendo abranger a identificação de fatores que determinam ou contribuem para o acontecimento dos fenômenos, conforme define Gil (2009, p. 42), descrevendo que “algumas das pesquisas descritivas vão além de simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza desta relação”.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, baseadas em um roteiro, tendo como eixo temático os padrões comportamentais apresentados pelos adolescentes. A escolha dessa técnica também se deu devido à facilidade de explorar, com os entrevistados, os temas previamente definidos, tendo em vista a possibilidade, de acordo com sua vontade e interesse, de discorrer mais sobre esta ou aquela temática, enfatizando assim situações e sentimentos existentes.

O instrumento de pesquisa foi subdividido em cinco áreas identificadas como infância (lembranças, interesses na fase, apoio e incentivo familiar e comunitário); vida escolar (início, incentivo, participação familiar na vida escolar, relacionamento com professores e colegas, evasão escolar); vida laborativa (histórico de trabalho, incentivo, interesse familiar pelas escolhas laborativas, relacionamento com colegas); envolvimento infracional (idade de início, motivos, reação familiar e comunitária, reação do grupo de amigos, visibilidade); e planos futuros (projeções, estigmas, desejos).

As entrevistas tiveram o áudio gravado para facilitar a análise do discurso, sendo que foram transcritas para melhor organização por parte do pesquisador. As entrevistas foram realizadas mediante apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e declaração de consentimento do participante.

A pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os aspectos éticos e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Secretaria Estadual da Saúde (SESA/HT), parecer nº 266/2011, respeitando a legislação vigente, assim como as orientações e restrições impostas pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude³, ambas do Paraná.

Elegeu-se como campo de estudo o Centro de Socioeducação (Cense) 2 de Cascavel, Paraná. Considerando que a ideia de amostragem não é a mais indicada para certos tipos de pesquisa, principalmente com caráter qualitativo, conforme Minayo (2007), a população atendida foi selecionada aleatoriamente, respeitando apenas os critérios de o entrevistado estar cumprindo medida socioeducativa no Cense 2 e concordar com a participação no estudo. A amostra do estudo se constituiu de 06 sujeitos.

³ Na ocasião do encaminhamento da documentação da referida pesquisa para o Comitê de Ética, o Centro de Socioeducação 2 de Cascavel era vinculado à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ. Atualmente as unidades socioeducativas paranaenses estão vinculadas à Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU.

Do total dos entrevistados, 3 adolescentes já haviam cumprido medida socioeducativa de internação no Cense 2 em ocasião anterior, e 3 adolescentes encontravam-se privados de liberdade nesta unidade pela primeira vez, sendo que 1 entrevistado já havia cumprido a medida de internação em outro Cense. Todos os entrevistados já haviam sido internados provisoriamente pela prática de outros atos ilícitos. A população entrevistada caracteriza-se por adolescentes de 15 a 18 anos, com residência de origem na região oeste do Paraná.

Tentando ver além do que é dito

Apesar de terem demonstrado poucas lembranças significativas de suas infâncias, todos os adolescentes relataram que quando criança eram reconhecidos em sua comunidade por terem características positivas, como educado, com potencial, tranquilo, quieto ou bom.

Ao analisarmos a escolarização dos adolescentes, constatamos que todos os participantes da pesquisa se encontravam defasados em relação a um jovem de igual idade que não apresenta reprovações ou interrupções em seu curso escolar.

A evasão escolar e posterior desistência dos estudos é observada na história dos adolescentes e normalmente está vinculada a experiências negativas ocorridas no ambiente escolar ou a um fato específico vivenciado na infância.

Possamai e Fabris (2011) apontam que por meio da participação em ambientes como a escola é que os adolescentes têm a possibilidade de realizar interações sociais, favorecendo assim seu desenvolvimento. Porém, a partir da análise dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (BRASIL, 2009), podemos observar que as crianças e adolescentes pertencentes à faixa correspondente aos 20% mais pobres apresentam menor porcentagem de frequência escolar do que às pertencentes aos 20% mais ricos. A evasão escolar, somada a outros fatores, compromete expressivamente o futuro da população.

Um marco apontado pelos adolescentes da pesquisa é a passagem da Fase I de ensino (que atualmente compreende do 1º ao 5º ano, e na época das entrevistas de 1ª a 4ª

série ou primário) para a Fase II de ensino (que atualmente compreende do 6º ao 9º ano, e na época das entrevistas da 5ª a 8ª série ou ginásio). Esta, que poderia apresentar caráter positivo por representar o avanço na escolarização, vem recheada por percepções e vivências relacionadas a impressões negativas.

Da primeira à quarta eu queria estudar mesmo, até então não tinha outra coisa o que fazer. Mas depois, quinta série, gostei de gazeir aula [...]. De primeira à quarta era mais novo ainda, nem pensava direito [...]. Na primeira à quarta todo mundo era pequeno, criança, pequeno, daí fui pra quinta série, daí tinha um piá que era maior, mais idade, já tinha reprovado, começou a fazer bagunça, comecei a me incentivar com ele, gazeir aula, tudo (ADOLESCENTE 01).

Cabe aqui ressaltar que ao ingressar na quinta série, o aluno passa a ressignificar o espaço escolar já vivenciado. Há a diminuição da responsabilidade dos pais pelo aproveitamento dos filhos e uma maior apropriação do processo de aprendizagem pelos alunos, refletindo nas práticas e compondo novos desafios aos jovens. Mesmo com a orientação da obrigatoriedade do ensino vinda da família, a não vontade de frequentar as aulas prevaleceu para a maioria dos adolescentes, mesmo sendo essa obrigatoriedade exercida por meio da violência.

[Os familiares] incentivavam, eu até apanhava [...] [Apanhar é um incentivo?] de uma maneira não, mas eu acho que é (ADOLESCENTE 01).

Ah vai para escola, piá [...]. Eles queriam bater né, daí eu saia correndo. [...] Eles falaram pra mim ir, eu não ia. Daí nem falaram mais nada. [...] [parou] na segunda [série] acho que aos 13 anos se não me engano (ADOLESCENTE 02).

Diversos podem ser os motivos que favorecem o aumento da evasão escolar dos indivíduos nas diferentes camadas sociais, assim como os que corroboram para a manutenção das taxas de analfabetismo, porém observamos que a taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais é expressivamente maior em classes de rendimento mensal familiar *per capita* de até ½ salário mínimo (BRASIL, 2009).

A evasão escolar dos adolescentes também tem vinculação com o início das atividades laborativas, muitas vezes de forma precária.

Com 14 ou 15 anos [...]. Porque eu queria ter as minhas coisas. [...] Minha avó falava que é bom desde cedo (ADOLESCENTE 03).

Eu gosto de trabalhar, sabe, as pessoas reconhecem isso. [...] A família não falava nada não (ADOLESCENTE 04).

Segundo a subcomissão de revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador⁴ (BRASIL, 2011), as crianças e adolescentes ocupados tem índices inferiores de frequência e rendimento escolar comparadas às crianças e adolescentes que não trabalham.

O trabalho infantil é tido como fonte de renda para um número expressivo de famílias em condições de pobreza. O ingresso de adolescentes no mercado de trabalho e a precarização das relações vivenciadas também favorece a criação de novos focos de trabalho infantil (BRASIL, 2011) para o complemento de renda familiar. Além da complementação da renda, os jovens passam a se sentir valorizados, reconhecidos por algo que fazem.

Já ao analisarmos os motivos que levaram os adolescentes a iniciarem seu envolvimento com a infração, a identificação com os amigos e a tentativa de resolução de conflitos fica nítida nas falas dos jovens:

Tinha briguinhas, normal, mas... sempre resolver da maneira ideal né... [motivos] mínimos detalhes, tipo um estava querendo ficar com uma mina, o outro ficava e já brigavam (ADOLESCENTE 01).

Com uns 11 anos já. Comecei fumando maconha, só que nisso eu ficava roubando bicicleta, pegando celular dos pedestres. Primeiro alguém me chamou, uns que falam que é amigos (sic) (ADOLESCENTE 02).

Tendo sido apresentados à prática infratora e vivendo em um ambiente onde é comum tal comportamento, a infração passa a ser entendida como forma de reconhecimento perante os demais integrantes do grupo, com aumento de sua popularidade na comunidade.

Quando eu era pequeno tinha uns caras que queriam se crescer para cima de mim. Depois de certo envolvimento, tinha uns que nem chegavam mais perto [ar de satisfação] (ADOLESCENTE 03).

⁴ Em 2002 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) instituiu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) visando identificar os problemas do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Mesmo com a consciência de que o envolvimento com atividades ilícitas vem acompanhado por popularidade, os jovens trazem que esta não é sempre tida como boa. E passam a mostrar, também, o lado negativo de serem conhecidos e terem sua prática observada pelos demais membros da comunidade. O sentimento então é de um misto de satisfação por ser conhecido pelos demais, acrescido da consciência do papel que tem então assumido na sociedade:

Acho que não é bom porque... pra (sic) algumas pessoas é bom ser conhecido. As outras pessoas veem você, sabem do jeito seu, vai saber o que estão falando de você. [...] Amigos incentivavam a fazer mais coisas erradas. Eu não sei o que eles achavam. [Se sentia bem quando as pessoas te reconheciam?] Claro né (sic) (ADOLESCENTE 04).

A mudança do olhar do outro para si também passa a ser percebida, sendo que esta influencia as novas percepções que o adolescente passa a ter de si mesmo. A partir desse novo conceito imposto para si, o jovem passa a ser, muitas vezes, visto apenas por esse estigma, considerando então difícil desvincular-se dessa imagem e desse papel cheio de significados que lhe foram impostos.

Antes de se envolver pra (sic) alguns era estudioso, para outros bagunceiros. Depois que comecei a se envolver daí só o jeito que eles olhavam, começaram a olhar de outro jeito, tipo assim, aquele cara não vai mais pra (sic) frente (ADOLESCENTE 04).

As pessoas não tinham medo de mim, de eu tar (sic) na casa de alguém conversando e vir alguém me matar. Agora as pessoas têm ressentimentos (ADOLESCENTE 05).

Esses jovens dificilmente conseguem mobilização e sensibilização em prol da defesa de seus direitos, pois, devido à sua condição de infratores, são desqualificados enquanto sujeitos. A segurança passa a ser entendida como a “fórmula mágica de proteger a sociedade”, sendo que os autores da violência devem ser afastados então do convívio social e recuperados para então ser reincluídos (VOLPI, 2006, p. 9). Tendo assumido esse espaço, o de infrator, e sendo esperado pela sociedade que tenha esse comportamento, ao planejar o futuro o jovem encontra dificuldade em se ver desvinculado da criminalidade.

Meu irmão jogou na cara, que ninguém nunca se envolveu. ‘Agora você foi se envolver e tá (sic) preso e a mãe tá (sic) passando mal, e cadê você pra (sic) cuidar dela? Quando se envolveu e ganhou dinheiro, não tava (sic) a família do lado, agora tá, né (sic)’ (...) Eu

penso uma coisa e Deus planeja outra. Não quero pegar cadeia de maior (ADOLESCENTE 01).

Essa descrença no próprio potencial para mudança da realidade vivida, somada à baixa escolarização e quase nula qualificação profissional dos jovens, é refletida quando se questionam os projetos de futuro.

Alguns se colocam na posição de que qualquer coisa é suficiente por não conseguir ou poder sonhar com uma inserção digna, não conseguindo também refletir sobre quais são seus reais planos. A vinculação com as equipes de atendimento, consideradas como imprescindíveis para o avanço na escolarização e a inserção profissional, também pode ser observada.

Quando desinternar... não tem como dar uma certeza agora. Imagino que vou sair na rua, se eu sair e já não tiver um serviço, a única coisa que vai ser mais fácil pra (sic) mim vai ser voltar no mundo [do crime], o que vai ser mais fácil pra (sic) mim, um serviço na área de pintura (ADOLESCENTE 05).

Assim os jovens assumem um posicionamento passivo, sendo espectadores e não autores de sua própria história. A partir desse posicionamento, passam também a projetar nas equipes de atendimento a responsabilidade por uma possível reincidência na prática infracional.

Agora ó (sic), vou fazer 18 anos, nem quero mais saber dessa vida [...]. Penso em sair daqui já com serviço sabe, trabalhar fichado, no meu caso qualquer serviço tá [sic] bom, Escola? Só fazer até o terceiro ano tá [sic] bom (ADOLESCENTE 04).

Sei lá, terminar os estudos, arrumar um serviço e ser alguém na vida. [...] Tipo, sei lá, num mercado, numa Copel⁵, numa mecânica (ADOLESCENTE 02).

Planos de ir pra Bahia, trabalhar, estudar... Quero terminar a oitava dentro da unidade. Quero fazer o ensino médio no colégio agrícola. Quero morar na fazenda... Pode ser que seja longe do colégio, não vai dar pra poder ir daí (ADOLESCENTE 01).

⁵ Referenciando o Programa Aprendiz. Contratados na condição de aprendizes em serviços administrativos pelos órgãos do Governo Estadual, os adolescentes entre 14 e 18 anos em cumprimento de medidas socioeducativas desenvolvem atividades com o acompanhamento de um orientador, recebem meio salário mínimo regional, benefícios trabalhistas e previdenciários e ainda participam de curso de qualificação profissional na área administrativa.

Vou continuar [os estudos], prometi [para a equipe do programa de semiliberdade] que eu ia continuar (ADOLESCENTE 06).

Mesmo colocando-se como passivos em sua história, os jovens conseguem refletir que continuarão sendo observados pelos demais, e que necessitarão se esforçar para não corresponder às expectativas de que não conseguiriam se desvincular da criminalidade.

Olha aquele piá lá, vê como ele era antes, agora mudou de vida, olha que coisa boa [risos]. Precisa mostrar pra [sic] eles que eu não sou mais e... Vai ver que tô [sic] indo trabalhar, vai ver indo estudar (ADOLESCENTE 02).

Por fim, a opinião dos adolescentes fica explícita ao ser perguntado sobre qual a maneira mais fácil de ser reconhecido em nossa sociedade atualmente. A prática infracional aparece como a maneira mais rápida e eficaz para conseguir ser visto pelos demais, mesmo que esse olhar seja com caráter repressor.

Se arrumar um carro, você já começa a ser notado. Se, sei lá, depois de matar um parece também que cria uma fama. [...] Por incrível que pareça, não é um... mas essa é a realidade (ADOLESCENTE 03).

Pelo crime. [...] Porque vai ser mais fácil, [...] chega mais rápido (ADOLESCENTE 05).

Se tiver fazendo coisa errada é facinho [sic] de ver, porque vai ver eu andando pra cima e pra baixo igual a um louco, com uma roupa bem louca, aquele lá deve tar [sic] envolvido. [...] [as pessoas] prestam atenção quando tá [sic] fazendo uma coisa errada (ADOLESCENTE 02).

É só fazer coisa errada (ADOLESCENTE 06).

E, apesar de relatarem que a opinião alheia não é determinante frente às escolhas a serem realizadas, na fala demonstram que gostariam de corresponder às expectativas de outros.

Vou sair e vou trabalhar. Nem ligo pro [sic] que as pessoas pensam. Não tô (sic) preocupado não, só tô [sic] preocupado com minha mãe, pai e irmão. Gostaria que eles falassem bem, meu filho é um trabalhador, essas coisas (ADOLESCENTE 04).

Pra [sic] que vai querer ser visto pelos outros? Tem que ter um motivo para ser visto pelos outros. [...] Mas é bom os outros te reconhecerem (ADOLESCENTE 01).

A análise dos dados indicou que os jovens não se sentiam pertencentes aos grupos dos quais participavam até serem reconhecidos por outros jovens. Porém, nesses novos grupos onde se sentiam acolhidos, por vezes havia indivíduos que já estavam vinculados a infrações e, para então serem totalmente aceitos, muitas vezes os adolescentes iniciavam também essas práticas.

Por meio das entrevistas realizadas, observamos esses adolescentes invisíveis em sua família, escola, comunidade, sendo percebidos por esses grupos apenas quando se encontravam em situações-limite, como na iminência da prática infracional.

Do invisível ao visível – desafios existentes

Por meio dos recortes das falas dos adolescentes entrevistados, observamos que o olhar do outro é importante para que o indivíduo se sinta reconhecido. É apenas por meio do olhar do outro que conseguimos nos perceber e, dependendo das impressões percebidas, reorganizamos o nosso fazer, buscando, muitas vezes, corresponder às expectativas alheias.

O trabalho de busca por potencialidades e incentivo à prática de ações positivas realizado com o jovem autor de ato infracional fica minimizado quando, ao retornar ao convívio social amplo, a comunidade o identifica apenas por características negativas ou não considera que as características que antes existiam podem ter sido modificadas. Muitas vezes, reitera-se a situação de delinquência e estimula-se o adolescente a assumir esse papel a ele imposto.

Se considerarmos que a violência praticada por jovens assim como outros problemas vivenciados são fenômenos sociais, não podemos vincular a resolução destes somente ao indivíduo. Apenas por meio de mudanças no entendimento e compreensão do adolescente que se encontra em conflito com a lei, buscando a valorização de suas potencialidades e o reconhecimento de seus saberes, é que conseguiremos desvincular esse jovem da prática infracional. Para isso, é necessária a revisão das crenças e sentimentos existentes pela sociedade a respeito dos adolescentes que cometem infrações.

Por fim, acreditamos que este trabalho possa subsidiar reflexões dos profissionais que trabalham e atendem a essa população, assim como da sociedade em geral, a respeito

do espaço que esses adolescentes têm para se manifestar e sobre como estamos reconhecendo e valorizando os saberes desses jovens. Apenas por meio do reconhecimento de que esses jovens possuem habilidades é que conseguiremos construir uma sociedade onde todos possam ser valorizados por seus potenciais.

Referências

ADORNO, Sergio; SALLA, Fernando Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 61, p 7-29, Sept.-Dec./2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr 2012.

ANDRETTA, Ilana; OLIVEIRA, Margareth da Silva. A técnica da entrevista motivacional na adolescência. **Psicologia Clínica**. v. 17, n. 2, p. 127-139, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 11 n. 1 p. 63-76. Jan/Jun, 2007.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2012.

BRAGA, Cristina Silveira; BATISTA, Maria Isabel Formoso C. S. Violência familiar e violência praticada pelos jovens: Relações possíveis? In: ROESLER, Marli Renata Von B.; BIDARRA, Zelimar S. (org). **Socioeducação: Reflexões para a construção de um projeto coletivo de formação cidadã**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2011, p. 169-200.

BRASIL. **Lei nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA. Brasília, DF, 13 jul 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 17 jun 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios - PNAD**, 2009. Disponível em

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese_indic/indic_sociais2009.pdf>. Acesso em: 24 mar 2012.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Aventura pedagógica: Caminhos e descaminhos de uma ação educativa**. 2. ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

FEITOSA, Juliana Biazze. **A internação do adolescente em conflito com a lei como “única alternativa”**: reedição do ideário higienista. Orientadora: Maria Lucia Boarini. 243

f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 34, n. 121, Abr, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LARANJEIRA, Carlos António. A análise psicossocial do jovem delinqüente: uma revisão da literatura. **Psicologia em estudo**. v.12, n.2, p. 221-227, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OZELLA, Sergio. **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PATTO, Maria Helena de Souza. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008. p. 25-42

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev 2012.

PORTO, Juliana. **Invisibilidade Social e a cultura do consumo**. Trabalho de Graduação (Departamento de Artes e Design). Disponível em: <http://dad.puc-rio.br/dad07/arquivos_downloads/43.pdf>. Acesso em: 29 mai 2012.

POSSAMAI, Rosângela Aparecida de Souza; FABRIS, Diuslene Rodrigues. Perfil de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade no CREAS II da cidade de Cascavel: a reincidência no ato infracional e o contexto social – PR In: ROESLER, M.R.B.; BIDARRA, Z. S. (org). **Socioeducação: Reflexões para a construção de um projeto coletivo de formação cidadã**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2011, p. 357-386.

RIBEIRO, Rita Aparecida da Conceição. Um roteiro de visibilidade e invisibilidade na cidade. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.1, n. 1, p. 185-196, jan, 2009. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/UMROTEIRODEVISIBILIDADEEINVISIBILIDADENACIDADE.pdf>>. Acesso em: 12 mar 2012.

SAVIANI, Demerval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**
Disponível em: <www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf>
Acesso em: 21 set 2009.

SPITZ, Christian. **Adolescentes perguntam**. São Paulo: Summus, 1997.

VOLPI, Mario. (org.) **O adolescente e o ato infracional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ZIMMERMAN, David E. **Fundamentos básicos das Grupoterapias**. 2. ed. Porto Alegre:
Artmed, 2000.

Submetido em 01/12/2017

Aprovado em 09/01/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)